

SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: DIÁLOGOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO

Sandro Prado Santos
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP/UFU

Graça Aparecida Cicilinni
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

RESUMO

Este trabalho integra uma pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Uberlândia - *Representações de sexualidade e relações de gênero: o que pensam os futuros docentes em Ciências Biológicas?* O objetivo da pesquisa foi delinear e caracterizar as Representações Sociais (RS) de sexualidade e relações de gênero dos/as licenciandos/as do curso de Ciências Biológicas, consideradas essenciais para a reflexão e desenvolvimento de uma educação para a sexualidade no âmbito da formação docente. O presente texto é um esforço de diálogo na busca de horizontes para a realização da referida pesquisa. Com o desenvolvimento deste estudo, percebemos que as RS quanto sexualidade e às relações de gênero podem contribuir para debates sobre a formação de educadores que lidam com o tema em seu cotidiano de trabalho.

Palavras-Chave: Relações de Gênero, Formação Docente, Representações Sociais

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana tem sido tema de discussão ao longo dos séculos, principalmente devido às doenças advindas do contato sexual e a posicionamentos divergentes quanto à abordagem do assunto, gerando uma série de representações, concepções, comportamentos, preconceitos e estereótipos (RIBEIRO, 2004).

Entendemos que as discussões de sexualidade encontram permeabilidade no ambiente escolar, este representa um espaço onde diversidade de cultura se faz presente em valores, interesses, ideologias, crenças, atitudes e padrões de comportamento sexual.

Conforme, as pesquisas na área acadêmica que estudam, discutem, refletem e problematizam a temática sexualidade tem mostrado o quanto às questões sexuais permeiam o cotidiano escolar, bem como a relevância de trabalhá-las nos conteúdos em sala de aula (BRITZMAN, 1996; LOURO, 2007; MEYER; SOARES, 2004).

Nesse sentido, uma complexa e profícua produção acadêmica vem ressaltando a impossibilidade de se ignorar a sexualidade quando se busca analisar e compreender



questões educacionais, ou seja, parece impossível separar a escola de tudo isso. Se a escola é uma instituição social ela está, obviamente, envolvida com as formas culturais e sociais de vivermos e constituir nossas identidades de gênero e nossas identidades sexuais (LOURO, 1998). Dessa forma, é indispensável admitirmos que a escola seja um espaço sexualizado e generificado.

Compartilhamos com Louro (1998), quando afirma que numa sociedade que hierarquiza os sujeitos masculinos e femininos, atribuindo-lhes destinos sociais diferentes e desenhando-lhes perspectivas de vidas desiguais, e, ainda assumindo como legítima apenas uma forma de sexualidade, compreendendo a heterossexualidade como a única forma “normal” e “natural” de existência, a discussão e reflexão acerca de gênero e sexualidade tornam-se urgente e indispensável.

No entanto, esses fatores esbarram na falta de formação dos/as educadores/as quanto ao trabalho pedagógico da sexualidade e relações de gênero em sala de aula, como também com suas dificuldades subjetivas para o tratamento destes temas (COSTA, 2009).

É neste contexto que há o reconhecimento da importância do trabalho destas temáticas, bem como a necessidade de pensar uma formação de professores/as que compreendam um perfil pedagógico de profissionais da educação escolar voltado para as necessidades e interesses dos/as alunos/as sobre sexualidade e que, ao abordar este tema, o faça de forma consciente e profissional.

Tal necessidade é corroborada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que coloca a sexualidade e a Orientação Sexual como tema transversal e relevante para discussão nos estabelecimentos de ensino, bem como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo “transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados” (BRASIL, 1997, p. 34).

Considerando que as questões da sexualidade exercem fortes influências na construção da pessoa e que o processo educativo desencadeado no ambiente escolar é significativo para informar estas relações entre seus alunos, entendendo também que os PCN's enfatizam as discussões da sexualidade como Tema Transversal no saber/fazer escolar e considerando, ainda, que efetivamente os/as professores/as deparam com as questões de sexualidade em sala de aula, devemos também considerar e, igualmente, conhecer quais as representações, de tal temática, de futuros professores/as, de Ciências e/ou Biologia, que no contexto escolar desempenhará o papel de orientador/a sexual.

Além disso, a literatura apresenta que o corpo docente não se sente devidamente preparado para lidar com situações ou debates que envolvam a sexualidade e as relações de gênero, uma vez que esses conceitos são indissociáveis (FELIPE, 2008).

Nesse contexto, percebemos nesse processo a necessidade de formação dos/as educadores/as para trabalhar com o tema, que se reflete até os dias atuais.

Assim, em nosso projeto de pesquisa, tivemos como objetivo delinear e caracterizar as representações de sexualidade e relações de gênero, dos/as licenciandos/as do curso de Ciências Biológicas, consideradas essenciais para a reflexão e desenvolvimento de uma educação para a sexualidade no âmbito da formação docente.

Deste modo, esclarecemos que o referencial teórico que está embasado a construção do nosso objeto, além da análise dos dados, mostra-se por meio da Teoria da Representação Social (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2001 *et al*), Guacira Lopes Louro (1997, 2007, 2010), Dagmar Meyer (2008), Britzman (1996), dentre outros/as autor/as que possuem um diálogo estreito neste estudo.

Ao fazer o uso do referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (TRS), na perspectiva moscoviana, entendemos que o desvelamento das Representações Sociais (RS) de um grupo ocorrerá a partir do conhecimento de quem é esse grupo, qual seu conteúdo simbólico e em que contexto está circunscrito.

Nesse estudo, tomamos como premissa, que a sexualidade e as relações de gênero, como todo fenômeno do campo social, suscitam a construção de um processo representacional dos sujeitos.

SEXUALIDADE HUMANA E GÊNERO: Uma perspectiva histórica e cultural

Nesse tópico, faremos uma contextualização da construção social da sexualidade, tentando compreendê-la a partir de uma multiplicidade de fatores que a influenciam. Logo depois trataremos do gênero sem desvinculá-lo da sexualidade, pois, entendemos que estão articulados, e, afinal, assim são vividos.

Nesse sentido, contextualizamos a sexualidade além do seu viés biológico e preventivo, na medida em que ela deve ser aqui entendida como um conjunto de crenças, representações, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas (WEEKS, 2007).

Partimos do pressuposto que a sexualidade humana é uma dimensão da experiência social permeada por inúmeras questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como sendo a nossa identidade (PRADO; MACHADO, 2008).

Ainda conforme os autores supracitados, a sexualidade não se faz à margem da história, muito pelo contrário,

(...) ela se fabrica no intercâmbio de significados e contextos que ocorre entre o “eu” e o “outro”, o “eu” e o “nós”, o “nós” e o “eles”, enfim acontece na troca reinterpretativa de significados e interações sociais e institucionais que criam posições sociais e, conseqüentemente, posições identitárias e políticas (p. 7).

Não só para educadoras/as, mas para todos/as que se interessam pelo assunto, a temática sexualidade não foi e nem tem sido algo tranquilo de se compreender, discutir e/ou abordar.

No que concerne à sexualidade percebemos que é vista e resumida enquanto ato sexual, algo inato, natural e/ou fundamentalmente biológico, os sujeitos da sexualidade são/estão inseridos em um contexto de sexo reificado, muitas vezes baseados em discursos científicos (médicos e biológicos), em que as pessoas são estigmatizadas, identificadas pelo sexo que fazem e ao qual “pertencem”, não se levando em consideração aspectos psicológicos, identitários e culturais.

Entretanto, para Michel Foucault (1990) a sexualidade é um dispositivo histórico de poder, uma forma de invenção social que se constitui historicamente, e é em um sentido mais amplo, no da cultura que se definem identidades sociais, não só as sexuais, mas também as de classe, raça, nacionalidade, etc., constituindo assim, os sujeitos não mais resumidos a sua sexualidade, mas como membros de uma sociedade cultural e historicamente constituída.

A sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma questão de “instintos” dominados pela natureza ou apenas por impulsos, genes ou hormônios. Tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é, sobretudo, uma construção. Conforme, corroborado por Jeffrey Weeks (2007), a sexualidade como fenômeno contemporâneo é o produto da interação de múltiplas tradições e práticas sociais, religiosas, morais, econômicas, familiares, médicas e jurídicas, não podendo ser vista a partir de um enfoque essencialista.

A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos uma percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. “Nascemos dotados/as de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas” (BRASIL, 2009, p. 114-115).

As representações sociais quanto à sexualidade e gênero expressas neste estudo podem contribuir para debates sobre a formação de educadores/as que lidam com o tema em seu cotidiano de trabalho.

O conceito de gênero, introduzido pelas feministas de língua inglesa na década de 1970, amplia o conceito de sexualidade e designa as representações acerca do masculino e do feminino que são construídas culturalmente, distanciando-se ainda mais de uma compreensão biologizante. Para Louro (1997, p. 23), a importância do conceito de gênero se afirma, pois

(...) obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori.

A citação nos aponta para uma contraposição a ideia de essência feminina ou masculina (natural, universal ou imutável), mas para processos de construção ou formação histórica, linguística e socialmente determinados e, então múltiplos.

Ao assumirmos tal conceituação de gênero, estamos pensando não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mais sim construído através de práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (LOURO, 1995).

Nesse contexto, em todas essas afirmações está presente, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos.

Assim, homens não nascem prontos, não nascem violentos, nem saem da barriga da mãe sedentos de poder, nem dispostos a usar o sexo como arma contra as mulheres. Os homens são ensinados, dia a dia, em nossa sociedade, a serem assim (SEFNNER, 2008).

Conforme, mencionado anteriormente, a fusão da categoria de gênero e sexualidade contribui para a instituição de papéis de homem e de mulher, e, também para a confusão entre os conceitos, às vezes, tratados como sinônimos.

Sexualidade é um conceito que, muito frequentemente, se confunde com gênero e, embora precisamos reconhecer que eles estão estreitamente ligados, cada um deles guarda suas especificidades e inscreve os sujeitos em sistemas de diferenciação diversos.

No contexto dessa perspectiva teórica, é que os nossos desejos corporais e os focos de nossos desejos são produzidos e legitimados pela cultura e não são decorrências naturais da “posse” de um determinado aparelho genital ou do funcionamento de determinados hormônios.

Homens e mulheres vivem de muitas formas e com diferentes tipos de parceiros os seus desejos e prazeres corporais (LOURO, 2007; WEEKS, 2007).

Aproximamos, portanto, gênero e sexualidade na medida em que assumimos que ambos são construídos culturalmente e, portanto, carregam a historicidade e o caráter provisório das culturas.

Dessa forma, diferentes sociedades e épocas atribuem significados distintos às posições de gênero, à masculinidade, à feminilidade e também às várias expressões da sexualidade. Estes significados atribuídos aos gêneros e às sexualidades são atravessados ou marcados por relações de poder, usualmente implicam em hierarquias, subordinações, distinções. E é fundamental darmos conta de que essas marcações não se fazem somente nos corpos dos sujeitos, não se expressam apenas nas suas vidas e práticas individuais, mas atingem, igualmente, as instituições, as normas e os arranjos das sociedades (LOURO, 2007).

Tais indicações nos fazem reafirmar, portanto, que, tal como ocorre com o gênero, haveria de se compreender a sexualidade como um constructo histórico, como sendo produzida na cultura, cambiante, carregada da possibilidade de instabilidade, multiplicidade e provisoriedade, portanto nenhuma é natural.

A SEXUALIDADE HUMANA E A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: uma interlocução possível

Ao empregarmos a sexualidade e as relações de gênero à história, observamos que, cada sociedade, ao seu tempo, constrói múltiplas representações, significados e saberes acerca do objeto de que fala.

Nesse contexto, a presente pesquisa apóia-se nos princípios fundamentais da Teoria das Representações Sociais (TRS) na tentativa de compreender ideias, crenças, concepções, representações, conhecimentos, atitudes referentes à sexualidade expressos pelos/as licenciandos do Curso de Ciências Biológicas.

A TRS emerge, como uma proposição de pesquisa no campo da Psicologia Social, caracterizada por levar em conta tanto os aspectos individuais como sociais de um dado fenômeno, visto como psicossociológico.

Nesse sentido, a TRS “vem sendo reconhecida pela comunidade acadêmica como um referencial teórico-metodológico promissor para as pesquisas em Educação Científica” (SANTOS, 2009, p. 209).

Tomamos as Representações Sociais (RS) como construções simbólicas dos sujeitos em interação com os objetos de representação e na relação com outros. Dessa forma, uma representação se edifica na experiência concreta e no cotidiano do indivíduo e é mediada pela linguagem (MADEIRA; CARVALHO, 1997).

Segundo Jodelet, “Representação Social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com o objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2001, p. 22).

Nesse contexto, podemos inferir que as Representações Sociais se referem ao sentido atribuído a um dado objeto pelo sujeito, a partir das informações que lhe vêm de sua prática, de suas relações. Nesse processo, informações de diferentes ordens são elaboradas, transformadas e recriadas com a articulação de instâncias, numa síntese que garante ao sujeito agir e interagir, situar-se e se definir.

Segundo Moscovici (2003), quando os sujeitos sociais constroem e organizam campos representacionais, eles o fazem de forma a dar sentido à realidade, a apropriá-la e interpretá-la. Quando o fazem, dizem quem são, como entendem a si mesmos e aos outros, como se situam no campo social e quais são os recursos cognitivos e afetivos que lhes são acessíveis, num dado momento histórico.

Sendo assim, podemos inferir que os/as licenciandos, constroem e (re)constrõem representações, dos fenômenos sociais, por meio da socialização com seus pares, constituindo-se como um grupo de pertença (MOSCOVICI, 1978).

Acreditamos que a primeira contribuição para a compreensão do fenômeno é ouvir, o grupo de licenciandos, sobre o que pensam/entendem sobre sexualidade e relações de gênero. Por isso, a escolha do referencial teórico e metodológico das representações sociais

de Moscovici (1978), ao considerar que as representações sociais são uma forma de conhecimento que envolve um universo de opiniões, atitudes, crenças, informações socialmente elaboradas e partilhadas, valores coletivos que se modificam e que concorrem para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

Jodelet (2001) aponta que em se tratando de representações sociais, as definições, partilhadas pelos membros de um mesmo grupo, constroem visões consensuais sobre determinados assuntos o que orienta e organiza as condutas e comunicações sociais. Portanto, por esta abordagem, é possível analisar o pensamento e a prática social de um determinado grupo, os/as licenciandos.

A discussão da sexualidade e relações de gênero com os/as licenciandos do curso de Ciências Biológicas se insere nesta perspectiva. Os participantes do estudo não são receptores passivos. Os fenômenos por eles vivenciados necessitam ser discutidos e explicados em função de valores sociais e da pertença ao grupo.

Em função da impossibilidade de abarcar toda a complexidade dos processos que permeiam o estudo das representações e sua articulação com a sexualidade, afirma-se que as reflexões expostas devem ser entendidas como ponto de partida para novas discussões e problematizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, devemos encarar a sexualidade e as relações de gênero como temas presentes na escola. Sexualidade e gênero são duas instâncias pertencentes a qualquer sujeito que foi introduzido na sociedade. Deste modo, não há como negar a presença destas duas instâncias nos corredores e pátio das escolas, na sala dos/as professores/as, nos/as e entre nossos/as alunos/as, enfim no convívio diário de nosso ambiente de trabalho.

Como afirma Louro (2007), a questão não é culpalizar ou então delegar à escola tudo o que diz respeito a orientar sexualmente o sujeito, mas sim nos convenceremos da importância da instituição escola na construção de subjetividades e corpos, uma vez que “[...] suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm efeitos de verdade”, constituem parte significativa das histórias pessoais” (p. 21).

No entanto, esses questionamentos só surgem quando encaramos a sexualidade e o gênero como instâncias de caráter predominantemente histórico, cultural e social. Em consequência, como instâncias também móveis, irregulares, indefinidas, sem destino, sem

chegada. Considerá-las como mera fatalidade biológica consiste simplesmente em matar toda e qualquer possibilidade de mudança. É não acreditar na potencialidade e na possibilidade de emancipação do sujeito (COSTA, 2009).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade na Escola:** Formação de professoras/ES em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 21, n.1, jan/jul, 1996.

COSTA, Ana Paula. **As concepções de sexualidade de um grupo de alunas do curso de Pedagogia:** uma análise a partir do recorte de gênero. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP, 2009.

FELIPE, Jane. Educação para a sexualidade: uma proposta de formação docente. **Salto para o Futuro.** Educação para a igualdade de gênero. Ano XVIII - Boletim 26 – Nov, 2008, p.31-38.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1990.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In.: _____. (Org.). **As Representações Sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade.** v. 2. n. 20, jul/dez, 1995, p. 101-132.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Sexualidade: lições da escola. In.: MEYER, Dagmar Estermann (Org.). **Saúde e Sexualidade na escola.** Porto Alegre: Mediação, (Cadernos Educação Básica 4), 1998, p. 85-96.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In.: _____. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.7-34.

LOURO, G. L.; FELIPE J.; GOEKKNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MADEIRA, M. C.; CARVALHO, M. R. F. O sentido da recusa: Representações Sociais da AIDS como caminho à compreensão da dimensão educativa da prevenção. In.: _____. (Orgs.). XIII ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: **Educação e Representações Sociais**. Natal: EDUFRRN, Coleção EPEN, v. 17, 1997. p. 181-191.

MEYER, Dagmar.; SOARES Rosângela (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Sexualidade no currículo escolar. **Salto para o futuro** – Educação para a igualdade de gênero. Ano XVIII, nov, 2008, p. 20-30.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das Representações Sociais. In.: **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. Traduzido por Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 29-109.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, P. R. M. (Org.) **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Art & Ciência, 2004.

SANTOS, Sandro Prado. A Teoria das Representações Sociais (TRS) como base teórico/metodológico de investigações na área educacional. **Contextos e saberes da Educação**. Uberlândia: UNIPAC-IFM, ISSN 1981-5905, p. 192-212, 2009. Disponível em: <www.unipaciefom.com.br>. Acesso em: 19 Jul. 2009.

SEFFNER, Fernando. Homens=sexo, violência e poder: dá para mudar essa equação? **Salto para o Futuro**. Educação para a igualdade de gênero. Ano XVIII - Boletim 26 – Nov, 2008, p.15-19.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In.: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 35-82.